

NEGÓCIO DO ACRE

# Governador troca floresta por empréstimo

Mariana Monteiro  
 Da equipe do Correio

O governador do Acre, Orleir Messias Cameli, pretende ceder "parte da floresta amazônica", provisoriamente, à empresa colombiana Mobil Ami Research S.A. em troca de um empréstimo de US\$ 165 milhões ao estado.

Essa é apenas uma das acusações feitas contra o governador por um grupo de 34 entidades e 26 pessoas, na última terça-feira, em representação à Procuradoria Geral da República.

Cameli é acusado ainda, entre outros, de contrabando, desvio de recursos públicos, retirada irregular de cerca de US\$ 1 milhão em mogno e sonegação fiscal.

Procurado pelo **Correio Brasileiro** ontem na representação do governo do Acre em Brasília, onde passou o dia, ele não foi encontrado. Seu secretário ficou de telefonar para o jornal, mas não o fez até o fechamento desta edição.

**Apoios** — A representação é assinada por entidades como a Central Única dos Trabalhadores, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e vários sindicatos de trabalhadores do Acre.

Os autores da representação mostram com documentos a intenção do governador de assinar o contrato de empréstimo de US\$ 165 milhões com a empresa colombiana.

Os documentos provam, ainda, que a empresa tem um capital limitado, de apenas US\$ 50 milhões, o que tornaria duvidoso seu poder para efetuar a operação.

Parte da floresta Amazônica seria cedida em regime de comodato, por um tempo determinado. O governador até assinou uma carta de intenções no dia 4 de abril.

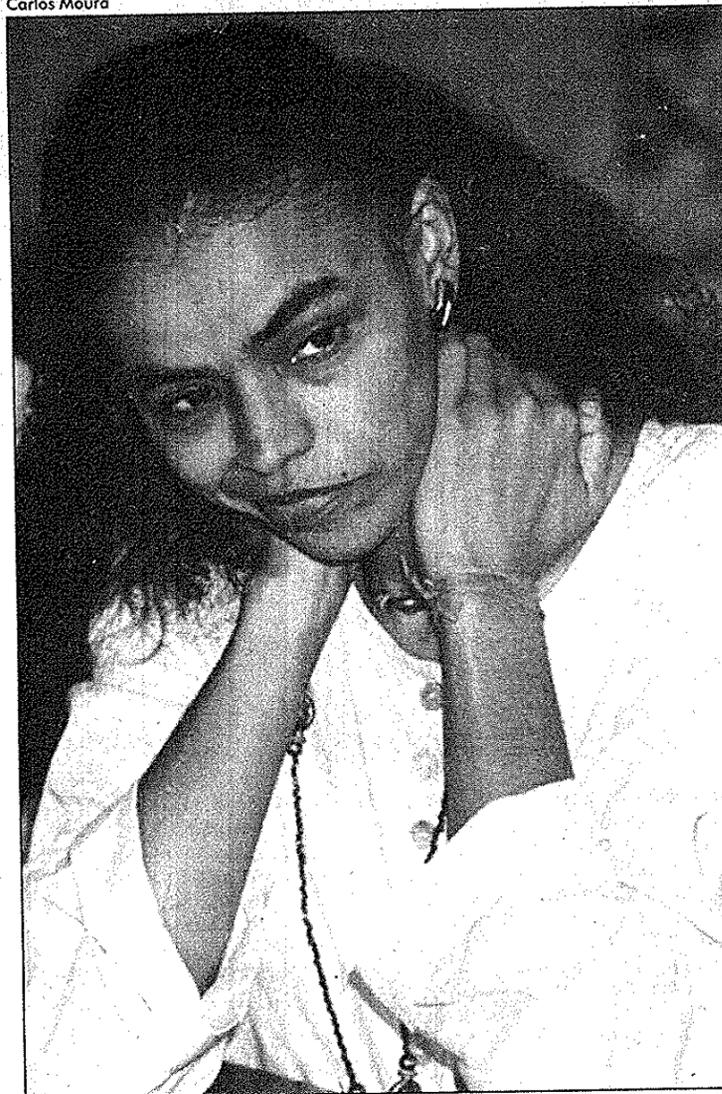
Nela, ele relaciona projetos que seriam realizados com recursos da empresa, como mil quilômetros de estradas para completar, do lado do Acre, a rodovia Transcontinental que ligará o estado ao Oceano Pacífico.

**Contrabando** — A acusação de contrabando decorre da apreensão do Boeing 727-200 da Empresa **Marmud Cameli**, do governador, pela Receita Federal no aeroporto internacional de Cumbica, São Paulo.

O avião foi comprado pelo próprio governador, durante viagem oficial a Miami (EUA). Cameli disse no programa **Jogo do Poder**, da TV Gazeta, que comprou o aparelho com recursos próprios, "pois tinha dinheiro para isso", para melhor explorar as Zonas de Livre Comércio em Cruzeiro do Sul e Brasília.

Sua empresa, a mesma Marmud Cameli, ganhou a concorrência para o asfaltamento do primeiro trecho da BR 174, que liga Manaus a Boa Vista, além de várias obras de construção de portos no interior do Amazonas.

Carlos Moura



Marina: "Em nove meses de governo, mais de uma irregularidade por mês"

## Senadora quer impeachment

A senadora Marina Silva (PT-AC), que também assina a representação contra Orleir Cameli, diz que a investigação e punição criminais não são suficientes. Ela defende o impeachment do governador pela Assembleia Legislativa do Acre.

"Pelas denúncias, além do crime comum, houve crime de responsabilidade. A Assembleia tem o dever de pedir o impeachment", diz a senadora. "Em nove meses de governo, quantas irregularidades? Mais de uma por mês", contabiliza.

O governador é acusado também de desviar recursos para pagar débitos de um município com sua empresa, a Marmud Cameli.

Os recursos foram liberados por meio de dois convênios: um para a recuperação de uma escola e outro para a recuperação de estradas vicinais.

**Mogno** — Em 1989, o futuro governador, então apenas um empresário bem sucedido, teria invadido a reserva indígena Kampa e retirado mais de mil metros cúbicos de mogno.

Um metro dessa madeira vale, no mercado internacional, entre US\$ 800 e US\$ 1,2 mil. Cameli teria lu-

crado cerca de US\$ 1 milhão, calculam os autores da representação.

Além dos índios, os próprios trabalhadores de suas empresas estariam sendo explorados. O relatório da antropóloga Eliane O'Dwyer, feito em 1990, descrevendo o regime de semi-escravidão a que os funcionários eram submetidos levou a Polícia Federal a indiciá-lo pelo crime de plágio.

**Sonegação** — Cameli é alvo, ainda, de inquérito por sonegação de impostos. Embora não conste do balanço de suas empresas, elas teriam doado R\$ 10 milhões a um município.

A pedido do Ibama, Cameli foi indiciado "várias vezes", segundo a representação, por crimes praticados contra o meio ambiente. As entidades e políticos acusam-no de ter licitado várias obras que interessam apenas a um seleto grupo de empresários locais.

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, já mandou a representação para o subprocurador Paulo Sollberger, encarregado de agir junto ao Superior Tribunal de Justiça, corte que trata de processos envolvendo governadores. (MM)